

HABEAS CORPUS Nº 503.096 - RS (2019/0099241-2)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : NICOLAS MENDES ANELI
ADVOGADO : NICOLAS MENDES ANELI - RS091212
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : LUCIA PASSOS BARBOZA DOS SANTOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **LÚCIA PASSOS BARBOZA DOS SANTOS**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

A paciente foi condenada à pena privativa de liberdade de 11 anos e 6 meses de reclusão pela prática do crime previsto no art. 157, § 3º, *in fine*, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal.

Neste *writ*, o impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, pois a pena aplicada à paciente é exacerbada, na medida em que a pena-base foi fixada acima do mínimo legal, revelando-se desproporcional e carecedora de motivação concreta.

Também alega não estarem presentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal de modo a justificar a prisão cautelar. Afirma que na ausência de fundamento idôneo, permita-se à paciente aguardar o resultado final do julgamento em liberdade.

Pleiteia, em liminar e no mérito, o provimento dos pedidos, de modo a revogar o decreto prisional, bem como anular a sentença vergastada.

O pedido de liminar foi indeferido (e-STJ, fl. 245).

O Ministério Público manifestou-se pela denegação da ordem (e-STJ, fls. 310-318).

É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Passo à análise das razões da impetração, de forma a verificar a ocorrência de flagrante ilegalidade a justificar a concessão do *habeas corpus* de ofício.

Quanto à questão relativa à dosimetria da pena, não consta dos autos que tal pleito tenha sido apreciado pela instância de origem, o que impede seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça sob pena de indevida supressão de instância (RHC n. 66.827/SP, relator Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 24/02/2016; AgRg no HC n. 372.837/SP, relator Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe de 2/5/2017).

Relativamente aos requisitos da prisão preventiva, tem-se que ela, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que presentes prova da existência do crime e

indícios suficientes de autoria.

No caso dos autos, a custódia cautelar foi decretada quando da prolação da sentença nos seguintes termos:

"[...]

No que tange a LUCIA, foi colocada em liberdade durante a instrução mediante a aplicação de medidas cautelares alternativas. Não só descumpriu tais medidas (conforme ofício da fl. 1288) como, pelo que se verifica de sua certidão de antecedentes, assim agiu por ter se envolvido, em tese, em outros dois crimes, estando inclusive segregada cautelarmente, pelo que consta no sistema Consultas Integradas. Evidencia-se, pois, a insuficiência de tais medidas para garantia da ordem pública, impondo-se seja novamente decretada sua prisão preventiva.

Por tais fundamentos, decreto a prisão preventiva de MICHAEL e LUCIA, não lhes sendo permitido apelar em liberdade." (e-STJ, fls. 121-122.)

O Tribunal de origem manteve a prisão cautelar nestes termos:

"Visto isso, tratando especificamente da segregação imposta, saliento não vislumbrar flagrante constrangimento ilegal. Isso porque devidamente fundamentada, no édito condenatório, a necessidade de decretação da medida excepcional, especialmente considerando o descumprimento de medidas cautelares anteriormente impostas e, ainda, a prática de novos delitos.

Nesse diapasão, todos os elementos abordados conduzem à verificação dos requisitos necessários à decretação da prisão preventiva, justificada em razão da necessidade de garantia da ordem pública, sendo insuficiente, neste instante, as medidas cautelares alternativas ao cárcere." (e-STJ. fl. 227.)

Verifica-se, portanto, que a prisão preventiva foi adequadamente fundamentada na garantia da ordem pública, considerando que a recorrente descumpriu as medidas cautelares anteriormente estabelecidas.

Nos termos do art. 312, c/c o art. 282, § 4º, do CPP, o descumprimento injustificado de condição da liberdade provisória constitui motivação idônea para a sua revogação e negativa do direito de apelar em liberdade, diante da necessidade de assegurar o cumprimento da condenação, não havendo falar em ilegalidade da prisão preventiva.

Nesse sentido, vejam-se estes julgados:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. ROUBO CIRCUNSTANCIADO (ART. 157, § 2º, I E II, DO CP). CONCESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. DESCUMPRIMENTO DAS MEDIDAS CAUTELARES IMPOSTAS. REVOGAÇÃO. SUPERVENIÊNCIA DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. NEGATIVA DO DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE. DECISÃO FUNDAMENTADA. EXCESSO DE PRAZO PARA O ENVIO DOS AUTOS AO TRIBUNAL PARA

PROCESSAR O RECURSO DE APELAÇÃO DEFENSIVO. PROCESSO REMETIDO, AGUARDANDO PROVIDÊNCIA A CARGO DA DEFESA, QUAL SEJA, A APRESENTAÇÃO DAS RAZÕES DE APELAÇÃO (ART. 600, § 4º, DO CPP). AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça, seguindo entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, passou a não admitir o conhecimento de *habeas corpus* substitutivo de recurso ordinário. No entanto, deve-se analisar o pedido formulado na inicial, tendo em vista a possibilidade de se conceder a ordem de ofício, em razão da existência de eventual coação ilegal.

2. A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico, e a medida deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art.93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em motivação concreta, vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime.

3. Nos termos do art. 312, c/c o art. 282, § 4º, do CPP, o descumprimento injustificado de condição da liberdade provisória constitui motivação idônea para a sua revogação e negativa do direito de apelar em liberdade, diante da necessidade de assegurar o cumprimento da condenação. Precedentes.

4. Eventual demora para o envio dos autos ao Tribunal Estadual encontra-se superada, pois o processo já se está na Corte de origem aguardando providência a cargo da defesa, qual seja, a apresentação das razões do recurso de apelação.

5. *Habeas corpus* não conhecido." (HC 368908/AC, QUINTA TURMA, rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe 24/2/2017.)

"RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. DECRETO PREVENTIVO. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA.

1. Apresentada fundamentação concreta, evidenciada no descumprimento das medidas cautelares impostas para a concessão de liberdade provisória, não há que se falar em ilegalidade do decreto de prisão preventiva.

2. Recurso ordinário improvido." (RHC n. 51.899/GO, rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, j. 14/10/2014, DJe 30/10/2014.)

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator

